 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 024. Antropologia, gênero e sexualidade em contextos educativos

Elisete Schwade (UFRN) - Coordenador/a, Fátima Weiss de Jesus (UFAM/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/PPGAS) - Coordenador/a Esse GT tem como objetivo discutir g?nero e sexualidade em pr?ticas educativas, a partir de interven?es e pesquisas antropol?gicas realizadas nos ?ltimos anos, no marco das pol?ticas que fazem refer?ncia a diversidade, de acordo com as possibilidades previstas na constitui??o de 1988 que, em 2018, completa 30 anos. Buscamos um balan?o das diferentes situa?es em que as reflex?es sobre g?nero e sexualidade s?o acionadas em contextos educativos, tamb?m em perspectivas que incorporem outros marcadores sociais da diferen?a, tais como ra?a, classe, gera??o. Desse modo ser? poss?vel perceber avan?os e retrocessos, perman?ncias e transforma?es, tendo em vista conflitos e din?micas pr?prias associadas as pol?ticas de educa??o e suas repercuss?es em contextos particulares. Ser?o aceitos trabalhos realizados com o enfoque metodol?gico e anal?tico da antropologia, com ?nfase na etnografia, realizados em escolas, na forma??o de professores, cursos de aperfei?oamento e especializa??o, cursos vinculados a movimentos sociais e organiza?es coletivas, entre outros.

?Eu tenho o direito de estar aqui?: Uma etnografia sobre a construção de uma ?política institucional de gênero e diversidade sexual? em uma escola pública do Rio de Janeiro

Autoria: Paula Alegria Bento

O campo de work deste artigo baseia-se em uma pesquisa etnográfica realizada entre alunos de uma escola pública do Rio de Janeiro entre 2014 e 2015. O eixo central coloca-se no desafio de acompanhar e perceber as diversas formas de expressar-se, mover-se e afirmar-se através das performances de gênero, das práticas sexuais e as suas relações com a construção de uma ?política institucional de gênero e diversidade sexual? no contexto escolar. Durante as minhas observações para o work de campo do mestrado, notava que demandas e vivências que antes circulavam apenas no movimento estudantil e entre os professores mais engajados ganhavam espaço na agenda institucional. Localmente, já se percebiam mobilizações de forma autônoma, incentivadas por seus corpos docente e discente, como as atividades promovidas por coletivos e grêmios ou os projetos de Iniciação Científica e as iniciativas individuais dos professores em suas salas de aula. No entanto, no âmbito institucional, os primeiros passos vieram com a Aula Inaugural sobre ?diversidade sexual?, em 2015, e, em seguida, com a formação de um núcleo destinado à criação de ações e diretrizes capazes de institucionalizar uma política de gênero e sexualidade na escola. Para além das mobilizações em torno das situações de vulnerabilidade a que eram expostos os alunos que expressavam as suas diferenças em termos de gênero e sexualidade no espaço escolar, a presença de um estudante transexual abalou antigas estruturas e diferentes níveis da organização do colégio. No mesmo ano, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) publicou no Diário Oficial da União a Resolução de número 12, que estabeleceu parâmetros para ?a garantia das condições do acesso e da permanência? de travestis e transexuais nas escolas. Com isso, era preciso adequar não só sistemas de informática, banheiros e fichas de freqüência, mas, principalmente, tornar aquela uma realidade de construção e promoção da cultura de reconhecimento das diferenças e de enfrentamento de preconceitos e de discriminações, além de desestabilizar sistemas de representações que hierarquizavam e estigmatizavam pessoas e práticas. Diante deste cenário, a pergunta que fica é: o que fazer? No nível da instituição, isto é, como medida que envolve todo o colégio, entendeu-se que a criação de uma ?política de gênero e diversidade sexual? era primordial para avançar não só na ?garantia? dos direitos dos alunos, mas nos ?meios? fundamentais para que o seu exercício fosse pleno e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

possível.
Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**